ATA Nº 92/2006

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro de 2006, com início às 18 horas, realizou-se mais uma sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Pato Branco, Sessão Legislativa do ano de 2006, contando com a presença e participação dos vereadores: Aldir Vendruscolo - PFL, Cilmar Francisco Pastorello - PL, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Laurindo Cesa - PSDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Nelson Bertani - PDT, Osmar Braun Sobrinho - PV, Valmir Tasca - PFL e Volmir Sabbi - PT. Havendo quorum legal, sob a presidência do vereador Laurindo Cesa - PSDB, foi aberta a sessão com a leitura de um trecho bíblico feita pela vereadora Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS. Prosseguindo, foi lida e aprovada por unanimidade, a ata da sessão ordinária nº 91/2006. Na seqüência, passou-se à leitura das correspondências recebidas. Ofício nº 428/2006, datado de 17 de novembro de 2006, assinado pelo senhor Elcio Rogério Becchi, Gerente de Relacionamento e senhora Maria do Carmo Gonçalves da Rocha, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, em resposta ao ofício nº 608/2006, datado de 14 de novembro de 2006, de autoria do vereador Laurindo Cesa - PSDB; ofício nº 27/2006, datado de 20 de novembro de 2006, assinado pelo senhor Rubens Ciro Calliari Junior, Diretor do IPPUPB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Pato Branco, em resposta ao ofício nº 623/2006, datado de 17 de novembro de 2006, de autoria do vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB; ofício nº 51/2006, datado de 20 de novembro de 2006, assinado pelo senhor Accacio Modena, Coordenador do Fórum de Desenvolvimento de Pato Branco, convidando para participar da eleição da nova diretoria, no dia 21 de novembro de 2006, a partir das 8 horas e 30 minutos; ofício nº 119/2006, datado de 8 de novembro de 2006, assinado pela senhora Márcia Regina Bueno, Coordenadora da Escola Municipal São Cristóvão, comunicando que a data do Campeonato de Karatê Amador da referida escola, foi alterada do dia 22 para o dia 21 de novembro de 2006; ofício nº 409/2006, datado de 17 de novembro de 2006, assinado pela senhora Rosa Maria Pellegrini, Coordenadora Saúde Mental e senhor Valmir Dallacosta, Diretor da 7ª Regional de Saúde de Pato Branco, convidando para participar do evento "Avanços e Retrocessos na Saúde Mental", no dia 24 de novembro de 2006, com início às 9 horas, na Escola Estadual Agostinho Pereira. Convite para participar do Jantar Festivo 2006 promovido pela Apras - Associação Paranaense de Supermercados - Regional Sudoeste, no dia 25 de novembro de 2006, às 21 horas, no Centro Regional de Eventos. Em seguida, foram lidas e deferidas as proposições dos senhores vereadores. Do vereador Osmar Braun Sobrinho - PV, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, verifique a situação do imóvel doado para a União Federal, através da lei municipal nº 2401, de 17 de dezembro de 2004. A solicitação se faz considerando que conforme a referida lei, em seu artigo 3º, o imóvel

deveria ser devolvido se não fosse construído em um ano após a outorga da escritura pública de doação (artigo 2º). Do vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado ao Executivo Municipal, solicitando que através do departamento competente, informe esta Casa de Leis, o motivo da mudança do ponto de ônibus que estava localizado na Rua Tamoio, em frente à antiga Rodoviária, para a Rua Caramuru, em frente ao Patô Lanches. A solicitação se faz atendendo pedido dos comerciantes, Rodrigo Cordeiro, proprietário da Omini Financeira; Beatriz Consoli, proprietária da Andaraí Calçados; Dinomar Scherer, proprietário da Papelaria Scherer. Segundo os comerciantes, que tem seus estabelecimentos instalados na Rua Tamoio, o movimento diminui consideravelmente após a mudança do ponto de ônibus, fator que prejudica as vendas e a geração de empregos dos referidos estabelecimentos, assim como, das demais lojas nas proximidades. Dos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PL, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski - PPS e Volmir Sabbi - PT requerem seja oficiado ao Senhor Vandorlei Leder (Fone 8804-0482), convidando-o para participar da sessão ordinária nesta Casa de Leis, no dia 23 de novembro de 2006, com início às 18 (dezoito) horas, para falar a respeito da venda direta de merenda escolar. Todas as proposições foram a aprovadas por unanimidade. A seguir, como não havia novos projetos para serem lidos, passou-se ao espaço das lideranças partidárias. Fizeram uso da palavra os vereadores Marco Antonio Augusto Pozza, representando a liderança do PMDB; Volmir Sabbi, líder do PT; Valmir Tasca, líder do PFL; Osmar Braun Sobrinho, líder do PV; Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski, líder do PPS; Aldir Vendruscolo, líder do Governo; Nelson Bertani, líder do PDT; Cilmar Francisco Pastorello, líder do PL. Os líderes partidários falaram sobre o desligamento do Município de Pato Branco da Associação Intermunicipal de Saúde (Assims). A vereadora Márcia Fernades de Carvalho Kozelinski - PPS contou que esteve na Assims junto aos vereadores Cilmar Francisco Pastorello - PL e Volmir Sabbi - PT, quando falaram com a diretora administrativa da associação, Odete Pegoraro Rosa, que informou o pedido de desligamento apresentado na última reunião do consórcio. "Com a saída, como ficam os serviços referentes ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Cirurgia de Alta Freqüência (CAF), NIC 2 e 3 referente ao câncer de colo uterino, Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADT) e tantos outros serviços especializados que apenas poderiam ser comprados através do consórcio", indagou a vereadora Márcia. O líder do governo, Aldir Vendruscolo - PFL, disse que essa não é uma decisão final, e que a questão da saída será discutida. "O Secretário Municipal de Saúde, Flávio Ceni, virá até a câmara esclarecer essa questão. Tenho números de que nos últimos setes meses foram cobrados R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil) do município, sendo que R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil) são taxas, não utilizadas em serviços. Sair do consórcio talvez não seja a decisão certa, podemos discutir ações como a redução de taxas, por exemplo", relatou. De acordo com o vereador Cilmar Francisco Pastorello - PL, no

ano de 2005 o Executivo se movimentou buscando retornar para a associação. "Ele fez estudos e decidiu voltar, foi apoiado pela câmara, porque a população tem a necessidade de não ter apenas a atenção básica no Posto de Saúde, mas também o atendimento especializado no CRE", ressaltando que o pedido foi de saída, o que é aceito sem colocar em deliberação pela associação. "Saímos sem consultar a população e a câmara." A vereadora Márcia Fernandes de Carvalho Kozelinski estranhou a ingenuidade do município que não sabia das elevadas taxas do serviço. "O CRE e a Assims sempre funcionaram dessa forma, então se houve a opção de voltar fazendo até estudos, tinha-se conhecimento disso", acrescentou. Segundo o vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, essa é mais uma prova de que o município trabalha sem planejamento. "Como os outros vereadores falaram, recebemos um estudo, e na ocasião foram os números que nos convenceram a entrar. E agora, recebemos novos números, justificando a saída do consórcio", salientou. O vereador Valmir Tasca - PFL, disse que cobrou do prefeito Roberto Viganó, a volta para a associação. "A minha posição é de permanecer na Assims, porém temos que verificar esses números", ressaltou. O vereador Nelson Bertani - PDT, fez um requerimento verbal, de acordo com o inciso I, do § 2º, do Art. 143 do Regimento Interno desta Casa de Leis, para que seja oficiado ao Secretário Municipal de Saúde, Flávio Angelo Ceni, convidando-o para participar da sessão ordinária a ser realizada no dia 27 de novembro de 2006, para falar sobre o desligamento do Município da Associação Intermunicipal de Saúde - Assims. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Após os líderes partidários fazerem seu pronunciamento, foi feito o intervalo regimental de 5 (cinco) minutos. Retornando aos trabalhos, passou-se à apreciação da ordem do dia. Aprovado em segunda votação, votação nominal, com 10 (dez) votos a favor, o projeto de lei nº 110/2006, mensagem nº 95/2006, que altera o Mapa de Zoneamento Urbano da cidade de Pato Branco. Aprovado em segunda votação, votação nominal, com 10 (dez) votos a favor, o projeto de lei nº 111/2006, mensagem nº 97/2006, que autoriza doação de imóvel para a Associação dos Moradores do Bairro São Roque. Aprovado em primeira votação, votação simples, com 9 (nove) votos a favor, o projeto de lei nº 146/2006, mensagem nº 126/2006 (regime de urgência), que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Aprovado em primeira votação, votação simples, com 9 (nove) votos a favor, o projeto de lei nº 147/2006, mensagem nº 127/2006 (regime de urgência), que autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). Aprovado em votação única e simples, com 9 (nove) votos a favor, o Balancete Financeiro da Câmara Municipal de Pato Branco referente o mês de outubro de 2006. Finda ordem do dia, fez uso da palavra a senhora Solange Beatriz Amadori Martins de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, convidada pelo vereador Valmir Tasca - PFL, através do ofício nº 619/2006, datado de 17 de novembro de 2006, para explicar sobre denúncias feitas pelo vereador Marco Antonio Augusto Pozza, relativo à distribuição de merenda escolar. Na sessão ordinária realizada no último dia 14, o vereador Marco Antonio Pozza - PMDB relatou que um presidente de Associação de Pais e Mestres - APM do município o procurou falando sobre uma possível irregularidade na entrega dos produtos do projeto Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, da Companhia Nacional

de Abastecimento Ministério da Agricultura - Conab. Essa pessoa me disse que os produtos estavam sendo entregues em partes, e que recebeu ofício do executivo instruindo para que ele assina-se como se estivesse recebendo todos os produtos", relatou o vereador Marco Pozza. Portanto, a Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Solange Amadori, fez seu pronunciamento para explicar essa situação. Segundo ela, dos R$ 102.775,55 que Pato Branco recebeu do programa, R$ 30.107,75 não foram entregues. Isso porque o agricultor não tinha os produtos, por motivo de seca, por exemplo. Para que ocorra a aprovação do projeto para o próximo ano, é necessária a entrega desses R$ 30.107,75 restantes. Ainda de acordo com Solange, para que o município não perdesse esse importante projeto, foi decidido substituir os produtos, para que assim os agricultores pudessem fazer as entregas. "No dia 4 de setembro, foi realizada uma reunião com o Comitê Fome Zero, onde foi autorizada a substituição dos produtos. No dia 5 de outubro, foi enviado ofício, convidando todos os diretores, presidentes de Associações de Pais e Mestres, e entidades envolvidas no projeto, para uma reunião a ser realizada no dia 10 de outubro, na escola São João Batista de La Salle. Nessa reunião, foi comunicada a substituição dos produtos, e elaborado o cronograma para sua entrega", relatou. Continuando suas explicações, a secretária contou que a Secretaria Municipal de Agricultura ficou responsável pela elaboração do termo de aceitabilidade (documento enviado para a Conab junto com a nota do produtor), que obrigatoriamente deve constar o total do produto, assinado pelo presidente. "A entrega é feita gradativamente e os produtos são distribuídos conforme a divisão de alimentação escolar os recebe dos produtores. O produtor assina junto a Divisão de Alimentação Escolar um termo de Fiel Depositário, até a entrega total do produto", disse. Questionada a respeito desse processo, de assinar um termo de recebimento sem receber todos os produtos, a Secretária Solange respondeu que essa prática é uma norma da Conab, e não faze-lo compromete o pagamento de todos os produtores que participam do programa. "Falei com um representante da Conab, e ele me disse que elaborar um termo de recebimento sem ter feito a entrega de todos os produtos não é uma prática da Conab. Mas informou que as substituições de produtos podem acontecer", finalizou o vereador Marco Antonio Augusto Pozza. Após o pronunciamento da convidada, passou-se ao espaço destinado às explicações pessoais. Fizeram uso da palavra os vereadores Marco Antonio Augusto Pozza - PMDB, Aldir Vendruscolo - PFL, Nelson Bertani - PDT, Volmir Sabbi - PT, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, Osmar Braun Sobrinho - PV e Cilmar Francisco Pastorello - PL. Nada mais havendo a ser tratado foi encerrada a sessão. Lavramos a presente ata que depois de lida e, aprovada será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 20 de novembro de 2006.

Laurindo Cesa - PSDB
Presidente

Nelson Bertani - PDT
1º Secretário